Funded by the European Union

A gestão do Clima pelo Ministério das Finanças

– a importância para a Economia Portuguesa Portugal

17 junho de 2026, Lisboa
Webinar,

Sofia Santos,
Consultora para o projeto: “Implementing Effective Green Budgeting Practices in Portugal”

Que temas iremos abordar hoje?

1. Qual é a ligação entre **finanças públicas** e os **impactos dos riscos climáticos e ambientais?**
2. **Serão os temas climáticos apenas um tema do Ministério do Ambiente?**
3. Fará sentido incorporar o clima (e o ambiente) **nas políticas económicas, fiscais, orçamentais e financeiras?**
4. **Será que o impacto dos riscos climáticos e ambientais pode-se sentir na economia? No Orçamento de Estado?**

Agenda

1. Os Riscos Climáticos e as suas Implicações Económicas
2. Os Riscos Climáticos e a sua gestão pelas Empresas e Setor Financeiro
3. Os Riscos Climático na Gestão das Finanças Públicas
4. O Green Tagging
5. Uma visão completa

Cheias e Fogos e Calor... São mais frequentes

Desastres climáticos recentes

Inundações - Destruição de Infraestruturas Críticas

- Valência, Espanha 2024 (DANA): episódio extremo de precipitação torrencial na província de Valência, com registos próximos de 500 mm em 8 horas em estações da região, provocando inundações extensas e danos materiais muito significativos.
- São Sebastião, Brasil 2023:precipitação superior a 600 mm em menos de 8 horas, com deslizamentos, bloqueio de estradas e falhas de abastecimento de energia, água e telecomunicações.
- Mimoso do Sul, Brasil 2024: enchente histórica e forte destruição no município. O Rio Muqui destruiu infraestruturas críticas

Incêndios - Danos em Ativos Físicos e perdas humanas

- Portugal 2017: os grandes incêndios de 2017 tiveram consequências humanas e materiais muito severas, destruindo habitações, vastas áreas do território e comprometendo a normalidade operacional em várias regiões.

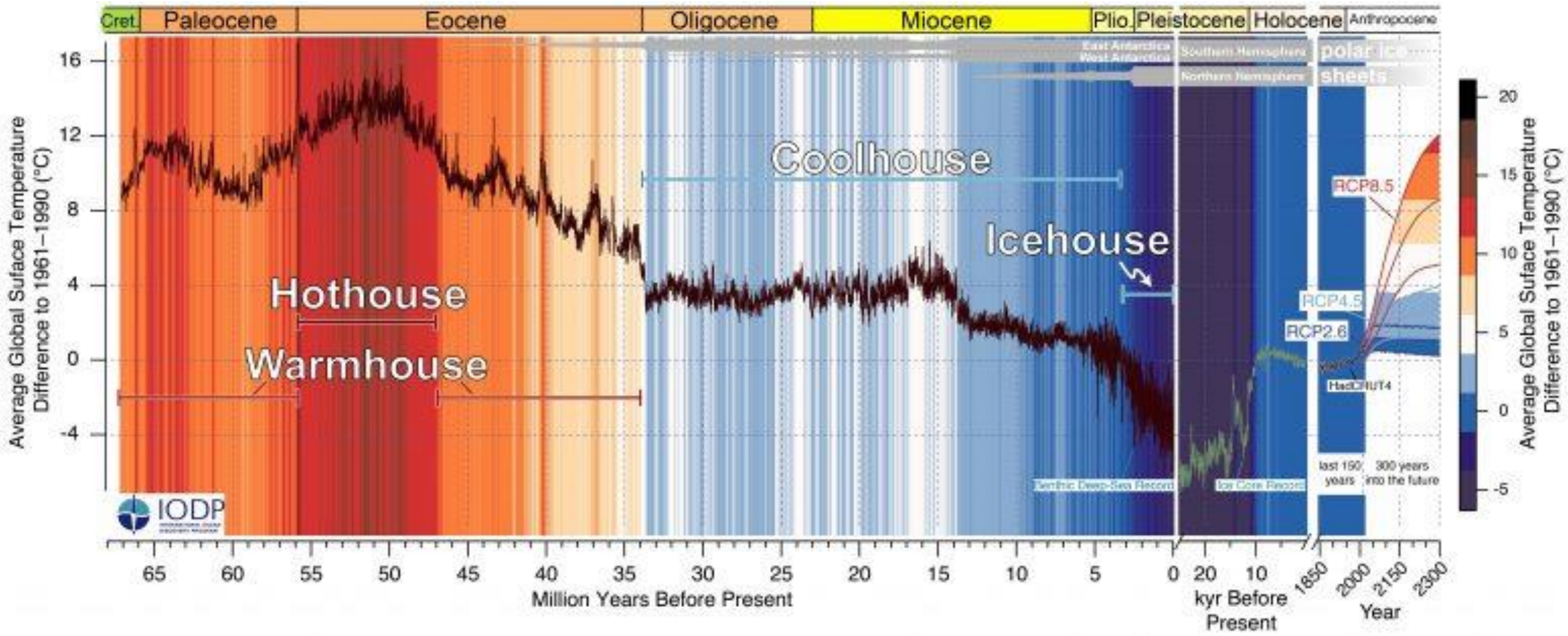
Leiria, Portugal 2026 - Tempestade ciclónica e perdas humanas

- A sequência de tempestades do início de 2026 levou o Governo a reportar prejuízos superiores a 5,3 mil milhões de euros e a mobilizar apoios para recuperação de infraestruturas afetadas, incluindo em Leiria e Coimbra.
- Subestações elétricas submersas, pontes colapsadas, redes de comunicação falharam

A integridade das infraestruturas é determinada pelo impacto direto dos eventos extremos.

Há milhões de anos a temperatura já foi alta

... Mas o seu aumento nunca se deu tão rapidamente, nem havia tanta população



Cheias e Fogos … São cada vez mais frequentes

E levam a perdas de vidas e perdas económicas

EXPERTISE FRANCE
GROUPE AFD

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
20.02.2025 às 12h01

LUÍS RIBEIRO
JORNALISTA

Relatório: Empresas podem perder até 25% das receitas devido às alterações climáticas – mas também há dinheiro a ganhar

/ África lusófona

ANGOLA

Angola: Chuvas fazem 29 mortos e deixam rasto de destruição

As chuvas intensas que atingiram Angola no passado sábado, 4 de Abril, causaram uma tragédia de grandes proporções, com o número de vítimas mortais a subir para 29. As províncias de Benguela e Luanda foram as mais afectadas e, além dos mortos, mais de 17 pessoas ficaram feridas, enquanto outras continuam desaparecidas. As autoridades alrtam para a possibilidade de o número de vítimas aumentar e mantêm as operações de resgate e busca em curso.

Publicado a: 06/04/2026 - 15:31 Modificado a: 06/04/2026 - 15:48 3 min

Seguros: Desastres naturais causam perdas seguradas de 106.681 mil milhões de euros em 2025

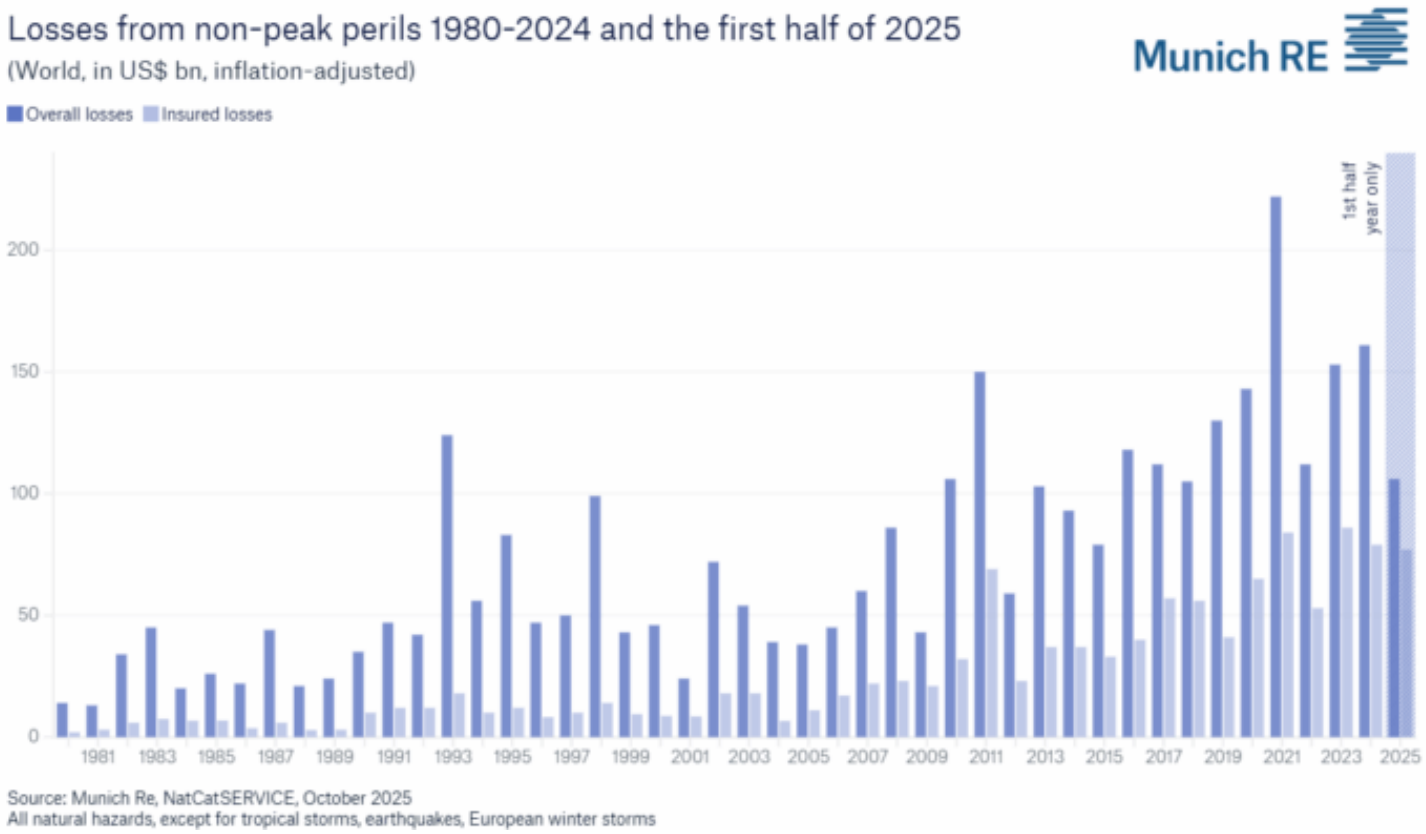
Prejuízos da tempestade Kristin já ultrapassam os 4.000 milhões de euros

A estimativa foi avançada pelo ministro da Economia em entrevista à RTP. Manuel Castro Almeida diz que se trata ainda de um cálculo muito preliminar e que não inclui os custos indiretos na economia.

A nível mundial desastres climáticos aumentam

E aumentam as perdas financeiras

Rising Losses From Floods, Hail and Wildfires Signal New Era of Climate Risk



Em Portugal os custos ~5 mil milhões

Com impactos nas contas públicas, investimento, empresas...

Contas públicas? "Caminho voltou a ficar estreito" com tempestades

Joaquim Miranda Sarmento disse esta segunda-feira que ainda não é possível calcular, neste momento, o impacto do mau tempo nas contas públicas, mas assegurou que o Governo tudo fará para manter o equilíbrio das contas públicas.

Governo quer criar fundo nacional para catástrofes e sismos após tempestade Kristin

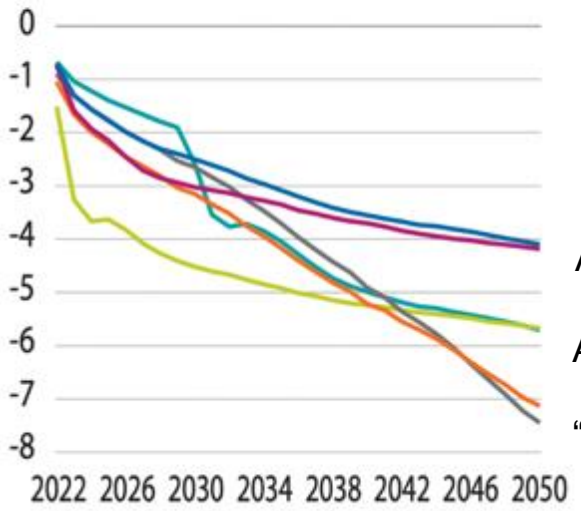
CNN Portugal , AM

5 fev, 06:48

Tudo isto tem sido estudado....

e o aumento da temperatura leva a uma diminuição do crescimento

Impacte no PIB
Em variação percentual face ao cenário base



Alteração ordeira

Alteração desordeira

"Casa Quente"

- Transição atrasada
- Net Zero Divergente
- Políticas Atuais
- NDC (Contribuições Nacionais Determinadas)
- Net Zero 2050
- Abaixo de 2ºC

https://www.ngfs.net/ngfs-scenarios-portal/

Climate crisis

This article is more than **1 year old**

Global economy could face 50% loss in GDP between 2070 and 2090 from climate shocks, say actuaries

Exclusive: Report by risk experts says previous assessments ignored severe effects of climate crisis

Sandra Laville

Thu 16 Jan 2025 07.00 CET

WORLD ECONOMIC FORUM

Join us

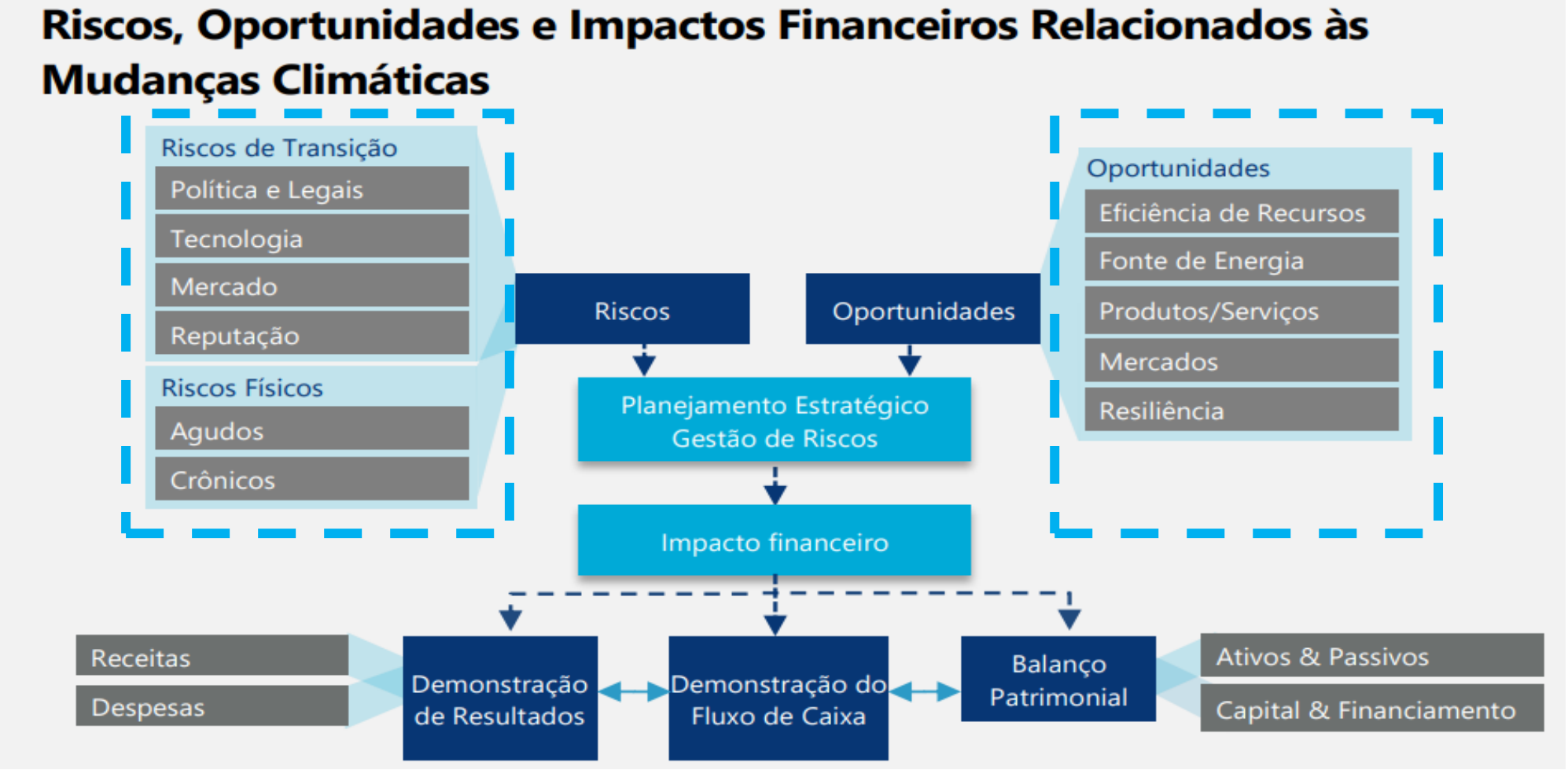
NATURE AND BIODIVERSITY

Climate crisis costs the world 12% in GDP for every 1°C temperature rise, and other nature and climate stories you need to read this week

Published Jun 6, 2024 · Updated Jun 3, 2025

O que são Riscos Climáticos?

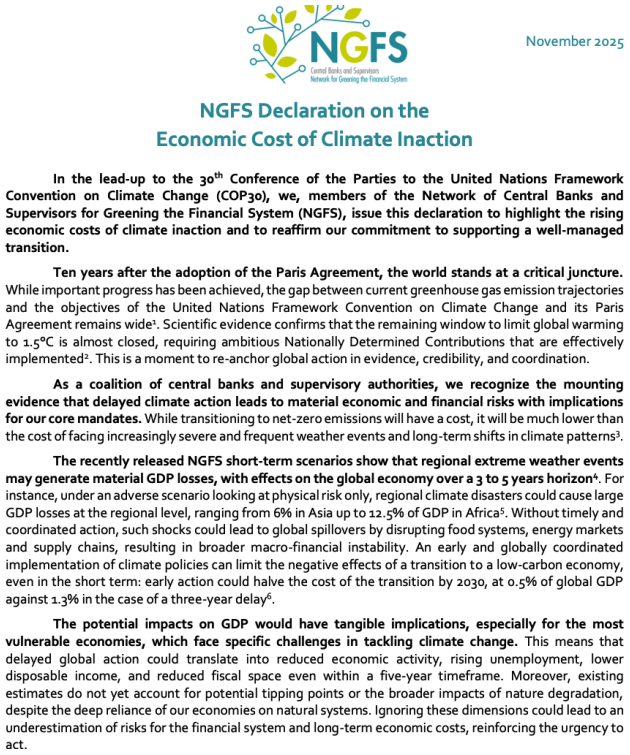
Transição e Físicos



Os Bancos Centrais já perceberam o problema

e estão a obrigar os bancos a gerir o risco climático

Network for Greening the Financial System



NGFS

November 2025

NGFS Declaration on the Economic Cost of Climate Inaction

In the lead-up to the 30th Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (COP30), we, members of the Network of Central Banks and Supervisors for Greening the Financial System (NGFS), issue this declaration to highlight the rising economic costs of climate inaction and to reaffirm our commitment to supporting a well-managed transition.

Ten years after the adoption of the Paris Agreement, the world stands at a critical juncture. While important progress has been achieved, the gap between current greenhouse gas emission trajectories and the objectives of the United Nations Framework Convention on Climate Change and its Paris Agreement remains wide[1]. Scientific evidence confirms that the remaining window to limit global warming to 1.5°C is almost closed, requiring ambitious Nationally Determined Contributions that are effectively implemented[2]. This is a moment to re-anchor global action in evidence, credibility, and coordination.

As a coalition of central banks and supervisory authorities, we recognize the mounting evidence that delayed climate action leads to material economic and financial risks with implications for our core mandates. While transitioning to net-zero emissions will have a cost, it will be much lower than the cost of facing increasingly severe and frequent weather events and long-term shifts in climate patterns[3].

The recently released NGFS short-term scenarios show that regional extreme weather events may generate material GDP losses, with effects on the global economy over a 3 to 5 years horizon[4]. For instance, under an adverse scenario looking at physical risk only, regional climate disasters could cause large GDP losses at the regional level, ranging from 6% in Asia up to 12.5% of GDP in Africa[5]. Without timely and coordinated action, such shocks could lead to global spillovers by disrupting food systems, energy markets and supply chains, resulting in broader macro-financial instability. An early and globally coordinated implementation of climate policies can limit the negative effects of a transition to a low-carbon economy, even in the short term: early action could halve the cost of the transition by 2030, at 0.5% of global GDP against 1.3% in the case of a three-year delay[6].

The potential impacts on GDP would have tangible implications, especially for the most vulnerable economies, which face specific challenges in tackling climate change. This means that delayed global action could translate into reduced economic activity, rising unemployment, lower disposable income, and reduced fiscal space even within a five-year timeframe. Moreover, existing estimates do not yet account for potential tipping points or the broader impacts of nature degradation, despite the deep reliance of our economies on natural systems. Ignoring these dimensions could lead to an underestimation of risks for the financial system and long-term economic costs, reinforcing the urgency to act.

https://www.ngfs.net/en

O Risco Climático é um Risco Financeiro

Para as empresas e Instituições Financeiras, e impacta a economia

Para as Empresas

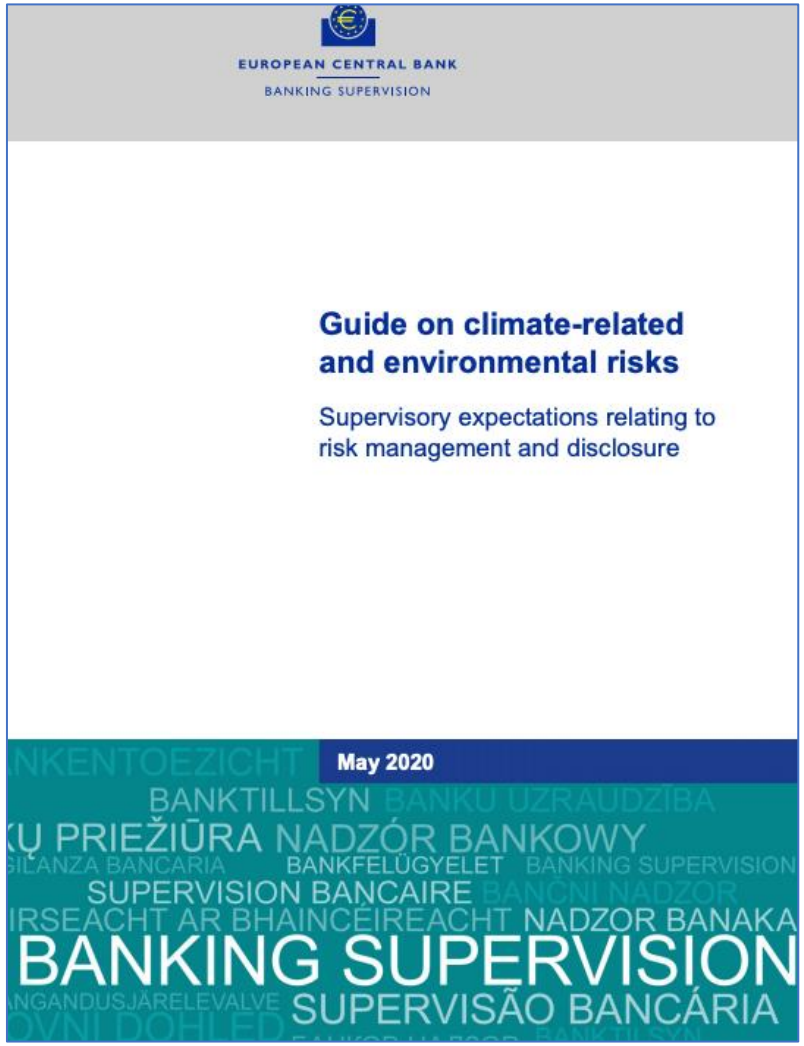
1. **Receitas, custos e ativos**
   Eventos climáticos podem interromper operações, danificar ativos e aumentar custos operacionais e de seguro.
2. **Coloca em risco modelos de negócio**
   Mudanças regulatórias, tecnológicas e de mercado podem tornar produtos, processos ou investimentos menos viáveis.
3. **Acesso ao financiamento**
   Empresas mais expostas ao risco climático enfrentam maior escrutínio, maior custo de capital ou restrições de crédito.
4. **Valor e reputação no longo prazo**
   Falhas na gestão do risco climático podem reduzir o valor da empresa e a confiança de investidores e clientes

Para as Instituições Financeiras

1. **Risco de crédito e de incumprimento**
   Clientes vulneráveis ao risco climático têm maior probabilidade de perdas económicas e falhas de pagamento.
2. **Valor e o desempenho das carteiras**
   Ativos expostos a riscos físicos ou de transição podem perder valor ou tornar-se obsoletos.
3. **Riscos sistémicos e interligados**
   O risco climático propaga-se através de setores, geografias e mercados, afetando a estabilidade financeira.
4. **Maior exigência regulatória e supervisão**
   Supervisores esperam que o risco climático seja integrado na gestão de risco, governação e capital.

O Banco Central Europeu exige

Que os bancos incorporem o risco climático na sua gestão risco



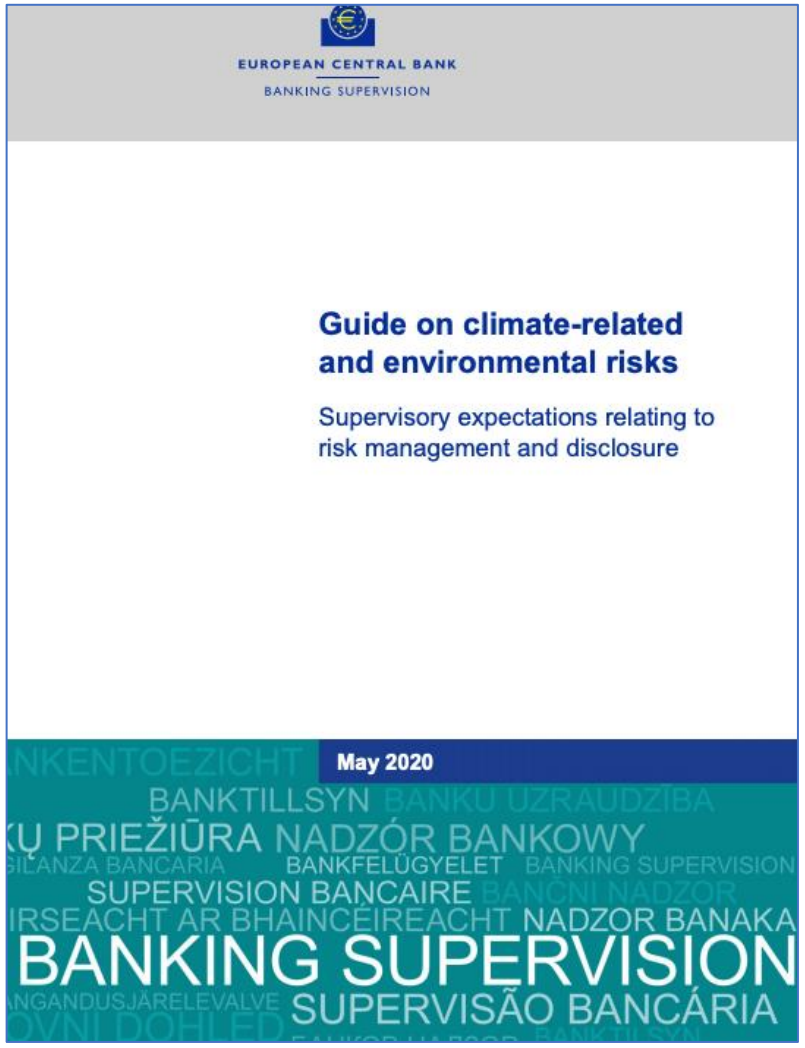
Examples of climate-related and environmental risk drivers

Risks affected	Physical		Transition	
	Climate-related	Environmental	Climate-related	Environmental
	• Extreme weather events • Chronic weather patterns	• Water stress • Resource scarcity • Biodiversity loss • Pollution • Other	• Policy and regulation • Technology • Market sentiment	• Policy and regulation • Technology • Market sentiment
Credit	The probabilities of default (PD) and loss given default (LGD) of exposures within sectors or geographies vulnerable to physical risk may be impacted, for example, through lower collateral valuations in real estate portfolios as a result of increased flood risk.		Energy efficiency standards may trigger substantial adaptation costs and lower corporate profitability, which may lead to a higher PD as well as lower collateral values.	
Market	Severe physical events may lead to shifts in market expectations and could result in sudden repricing, higher volatility and losses in asset values on some markets.		Transition risk drivers may generate an abrupt repricing of securities and derivatives, for example for products associated with industries affected by asset stranding.	
Operational	The bank's operations may be disrupted due to physical damage to its property, branches and data centres as a result of extreme weather events.		Changing consumer sentiment regarding climate issues can lead to reputation and liability risks for the bank as a result of scandals caused by the financing of environmentally controversial activities.	
Other risk types (liquidity, business model)	Liquidity risk may be affected in the event of clients withdrawing money from their accounts in order to finance damage repairs.		Transition risk drivers may affect the viability of some business lines and lead to strategic risk for specific business models if the necessary adaptation or diversification is not implemented. An abrupt repricing of securities may reduce the value of banks' high quality liquid assets, thereby affecting liquidity buffers.	

Source: ECB.

O Banco Central Europeu exige

Que os bancos incorporem o risco climático na sua gestão risco



13 Expectativas, das quais:

•**Espera-se que a gestão tenha em conta os riscos ambientais e relacionados com o clima** ao desenvolver a **estratégia empresarial global da instituição, os seus** objetivos empresariais e a gestão de riscos, devendo exercer uma supervisão eficaz sobre os riscos ambientais e relacionados com o clima

•Espera-se que as instituições **atribuam a responsabilidade** pela gestão dos recursos relacionados com os riscos climáticos e ambientais no âmbito da estrutura organizacional, de acordo com o modelo das três linhas de defesa

•As instituições com riscos significativos relacionados com o ambiente e o clima **devem avaliar a adequação dos seus testes de esforço**, a fim de os incorporar nos cenários de base e adversos

•Espera-se que as instituições **incorporem os riscos relacionados com o ambiente e o clima como fatores determinantes nas categorias de risco estabelecidas** no quadro de gestão de risco existente. Espera-se que as instituições identifiquem e quantifiquem estes riscos no processo global de garantia da adequação de capital.

•Para efeitos de divulgação regulamentada, espera-se que as **instituições publiquem informações e indicadores-chave sobre riscos materiais relacionados** com o ambiente e o clima, no mínimo em conformidade com as Orientações da Comissão Europeia sobre a prestação de informações: Suplemento de Informação sobre o Clima.

Também o BdP, questiona os bancos

Sobre a sua exposição a riscos climáticos e suas medidas mitigação

"Alterações climáticas representam um risco para a economia e para o sistema financeiro. O Banco de Portugal está a trabalhar muito nesta área"

Forbes

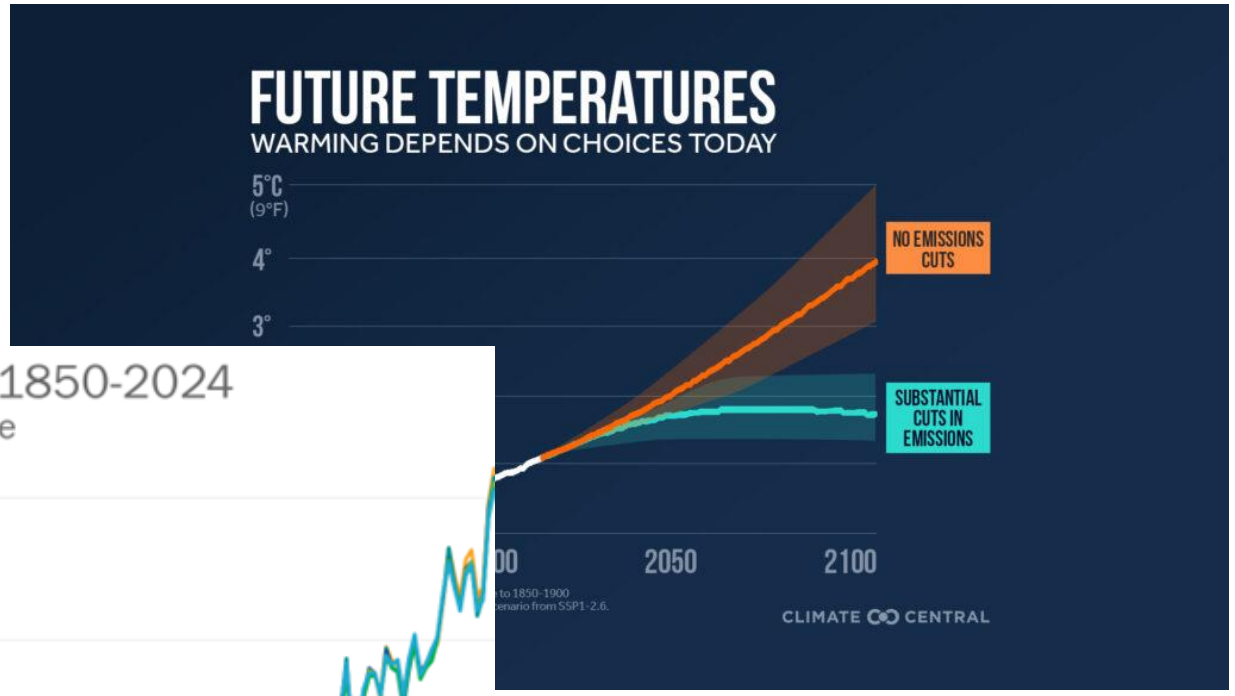
24 Março 2026 18:38

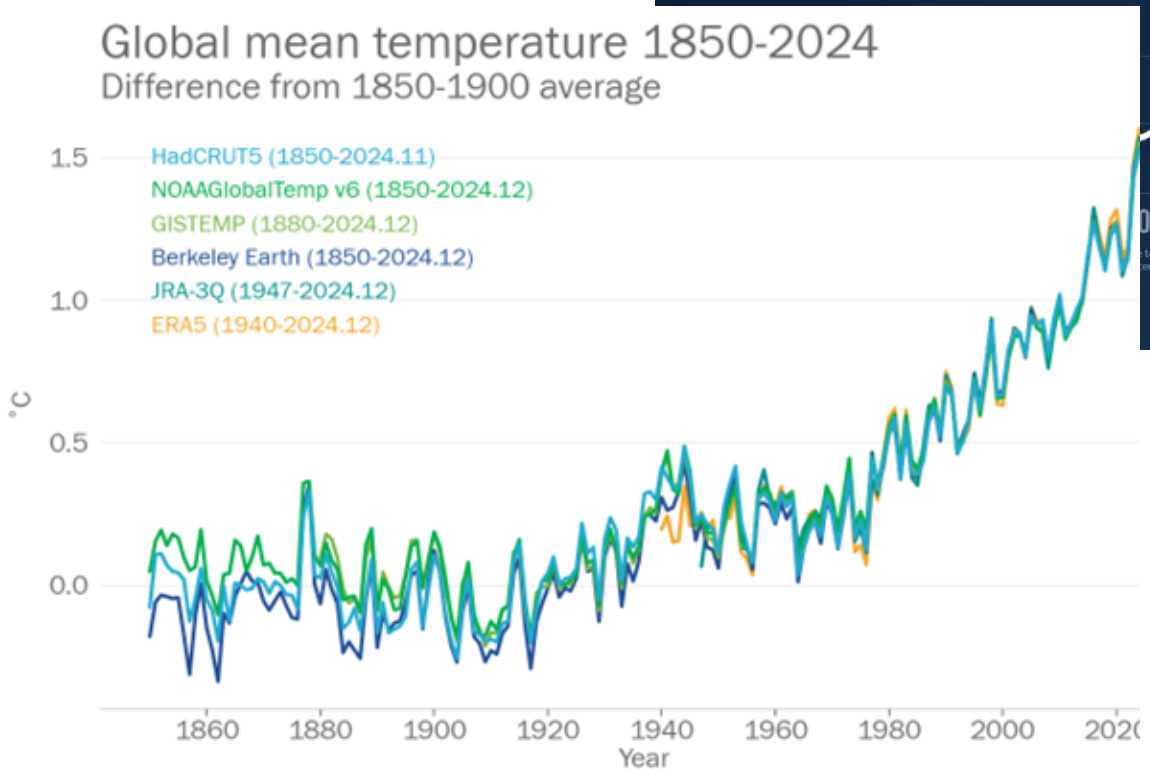
BdP considera insuficientes medidas dos bancos para lidar com riscos climáticos

por Lusa — 17-12-2025 | 12:33 em Nacional, Últimas Tempo De Leitura: 3 mins

O que poderá acontecer?

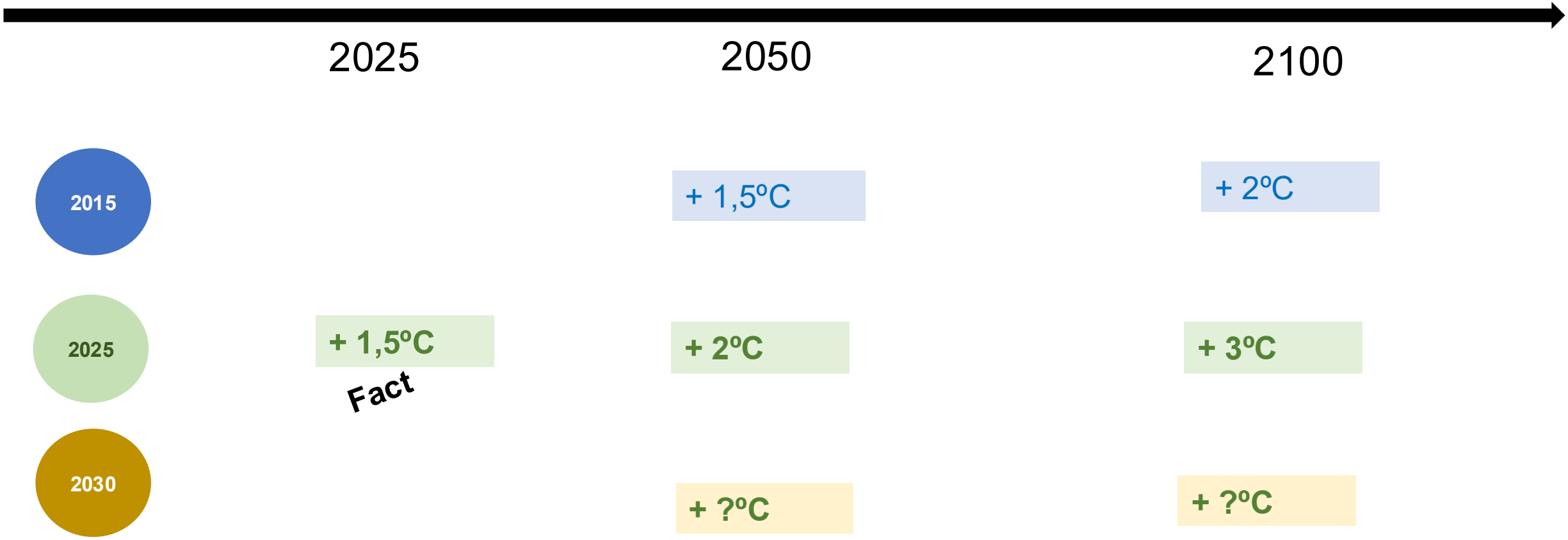
Temperatura aumentar +3C ...





Será possível mesmo possivel?

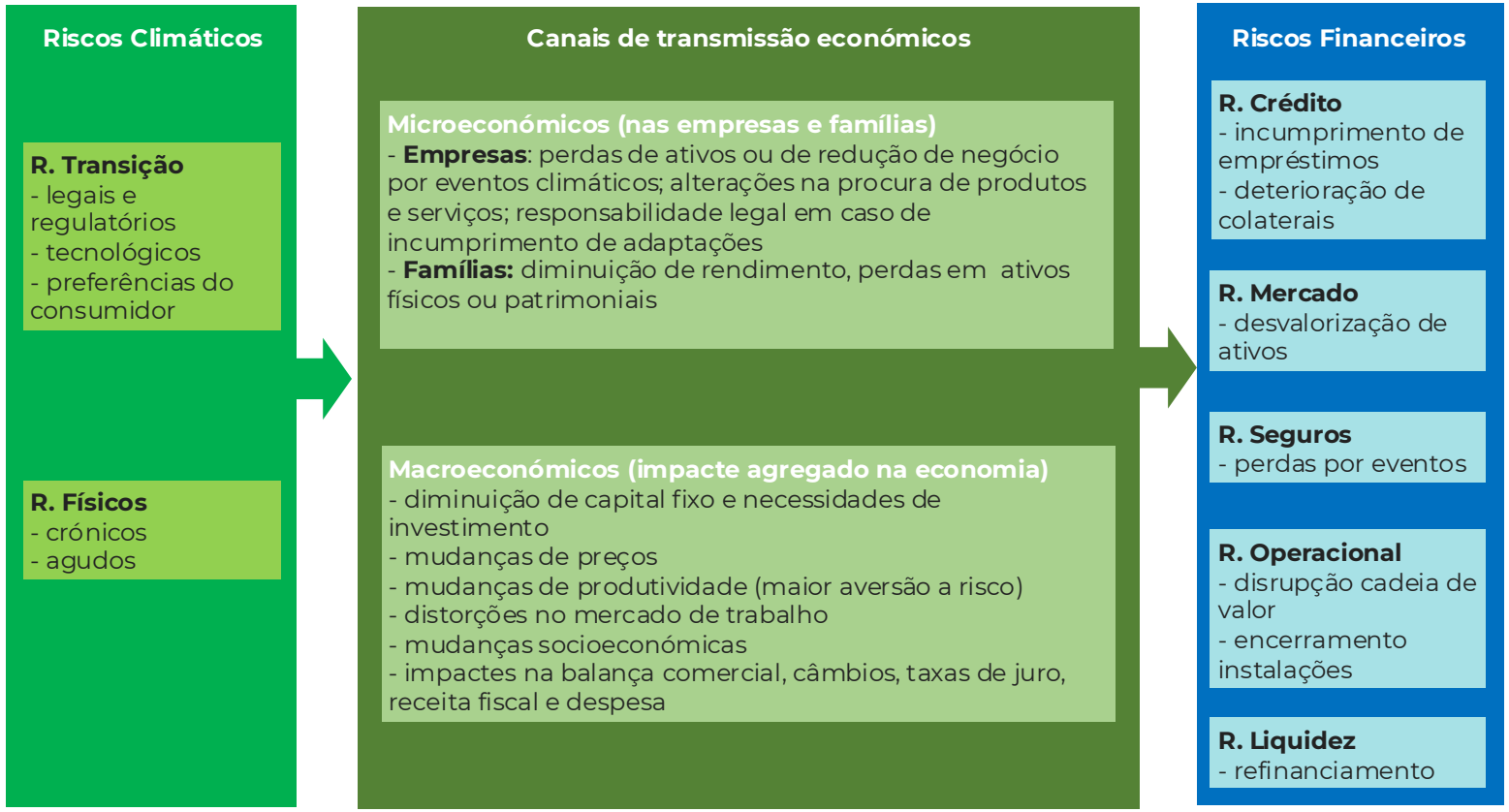
Temperatura aumentar +3C ...



Existem canais de transmissão evidentes

Entre Riscos Climáticos, economia, e sistema financeiro

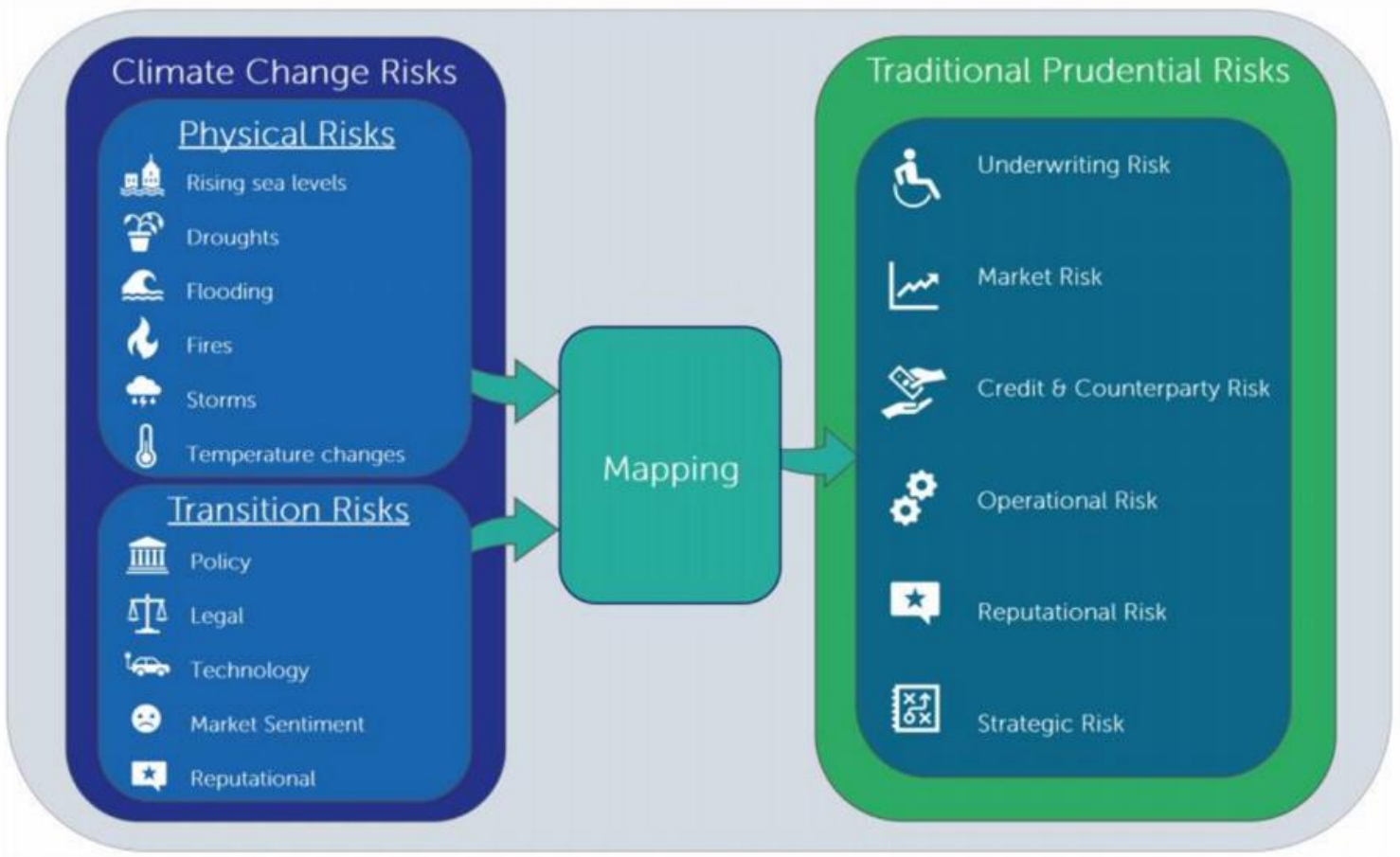
Bancos



Existem canais de transmissão evidentes

Entre Riscos Climáticos, economia, e sistema financeiro

Seguradoras



https://www.eiopa.europa.eu/document/download/5a671bdb-aef7-4c4f-ae31-00c70e640d27_en?filename=Application%20guidance%20on%20running%20climate%20change%20materiality%20assessment%20and%20using%20climate%20change%20scenarios%20in%20ORSA.pdf

Existem canais de transmissão evidentes

Entre Riscos Climáticos e Custos Fiscais

É por isso que os Ministérios das Finanças estão a começar a incorporar os temas climáticos na suas projeções económicas, na contabilização de custos vs oportunidades, etc.

Ministros das Finanças (PT) comprometeu-se em incorporar o clima

Compromissos de Helsínquia

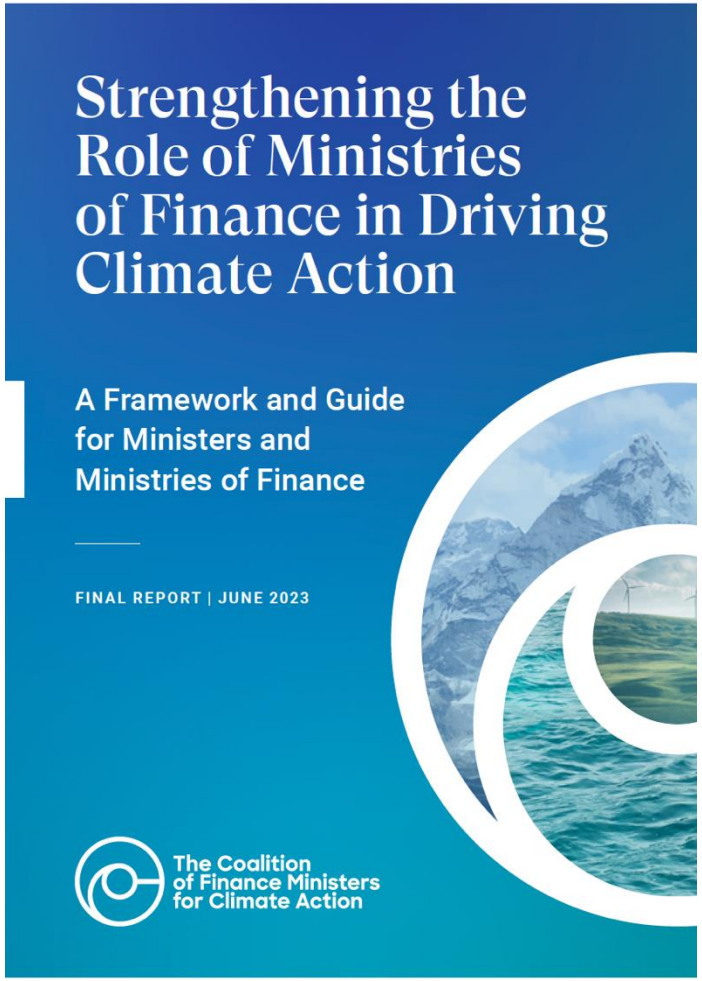
Compromissos de Helsínquia, assinados pelo Ministro Finanças Portugal

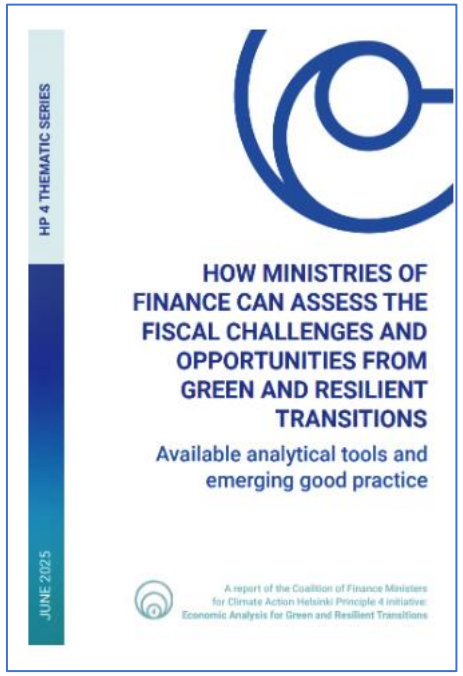
- Alinhar as nossas políticas e práticas com os compromissos do Acordo de Paris;
- Partilhar entre nós a nossa experiência e conhecimentos especializados, a fim de nos encorajarmos mutuamente e promovermos uma compreensão coletiva das políticas e práticas de ação climática;
- Trabalhar no sentido de adotar medidas que resultem numa fixação eficaz do preço do carbono;
- Ter em conta as alterações climáticas na política macroeconómica, no planeamento fiscal, na elaboração do orçamento, na gestão do investimento público e nas práticas de contratação pública;
- Mobilizar fontes privadas de financiamento climático, facilitando os investimentos e o desenvolvimento de um setor financeiro que apoie a mitigação e a adaptação às alterações climáticas;
- Envolver-se ativamente na preparação e implementação a nível nacional das Contribuições Determinadas a Nível Nacional (NDC) apresentadas ao abrigo do Acordo de Paris.

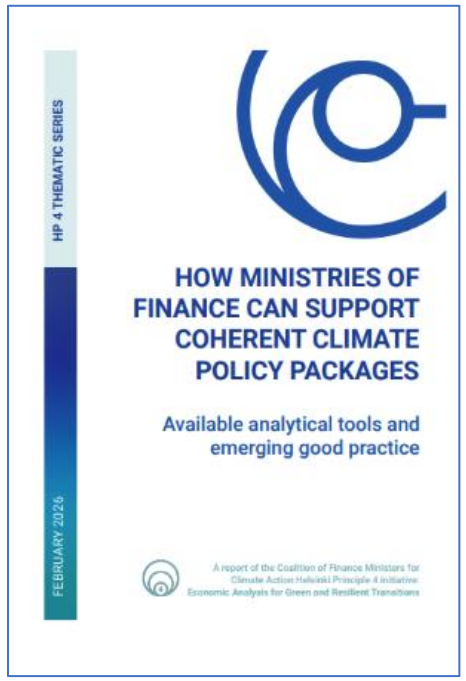
https://www.financeministersforclimate.org/helsinki-principles

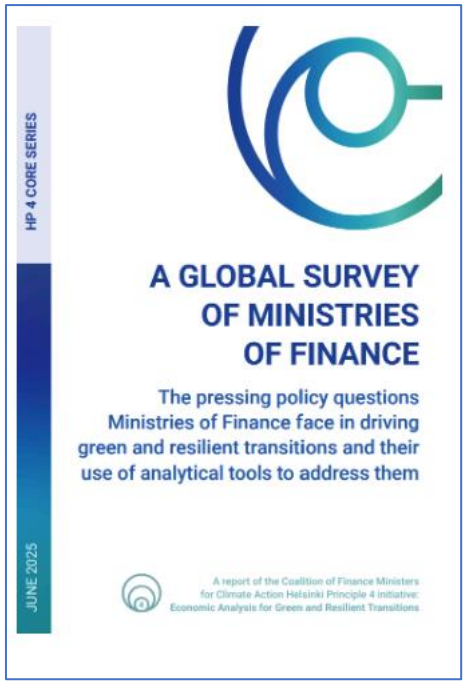
Coligação apresenta vários estudos

EXPERTISE FRANCE
GROUPE AFD

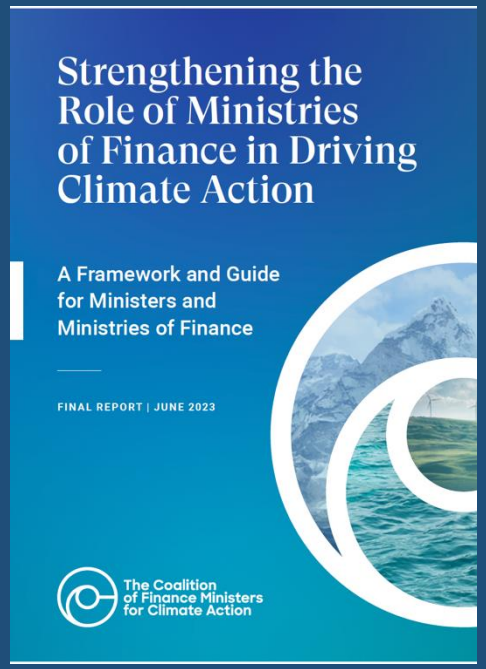








- 65 países responderam
- PT não respondeu



Climate risks	→	Risk transmission channels	→	Contingent liability risks* for MoFs

TRANSITION RISKS

- Policy and regulation
- Technology development
- Consumer preferences

PHYSICAL RISKS

Chronic
- Temperature
- Precipitation
- Agricultural
- Productivity
- Sea levels
- etc.

Acute
- Heatwaves
- Floods
- Cyclones
- Wildfires
- etc.

MICRO AND MESO
Affecting individuals and sectors

HOUSEHOLDS
- Loss of income (from weather disruption, health impacts and labor market frictions)
- Property damage (extreme weather) or restrictions (low-carbon policies) increasing costs and affecting valuations

BUSINESSES
- Property damage and business disruption from severe weather events
- Supply chain disruptions
- Stranded capital and additional capital expenditure
- Changing demand and costs
- Legal liabilities

feedback effects

GOVERNMENT
- Lower tax revenues
- Lower dividends of SOE
- Higher cost of borrowing
- Lower fiscal space
- Stranded SEO capital
- Infrastructure

FINANCE
- Credit risk
- Market risk
- Underwriting risk
- Operational risk
- Liquidity

feedback effects

MACRO
Aggregate macroeconomic impacts
- Capital depreciation
- Sudden price changes (structural changes, inflation and supply shocks)
- Productivity changes (agriculture, labor, capital, energy)
- Socioeconomic changes (changing coonsumption patterns, migration, conflict)
- Labor market frictions (from physical and transition risk)
- Impacts on international trade, exchange rates, capital flows

EX-ANTE KNOWN FISCAL COSTS
- Sovereign guarantees (e.g. SOE, PPP)
- On-lending
- Expected critical infrastructure replacement and adaptation (acute and chronic physical risk, low-carbon policies)
- Expected legal compensation from judicial awards

EX-ANTE UNKNOWN FISCAL COSTS
- Compensatory payments (e.g. sectors, workers)
- Additional social security spending (i.e. unemployment benefits)
- Disaster relief expenditures (i.e. shelter, provision of emergency payments)
- Unexpected legal compensation from judicial awards
- Public health emergencies
- Extraordinary critical infrastructure replacement and adaptation
- Deposit insurance schemes
- Guarantees for financial sector
- Firm ballouts
- Insurance provision (if insurance companies cannot underwrite risks anymore)

**With or without legal obligation to act upon*

Risk severity

Risk materiality

CLIMATE AND ECONOMY FEEDBACK EFFECTS

MoF RESPONSE FEEDBACK EFFECTS

Se não forem tomadas medidas em matéria de clima, os Ministérios das Finanças deverão enfrentar uma série de riscos macroeconómicos e orçamentais cada vez mais graves.

Terão de lidar com choques económicos mais frequentes e intensos, à medida que os impactos físicos das alterações climáticas afetam negativamente o valor dos ativos, a atividade económica, o comércio e o emprego.

Isto terá um impacto negativo nos orçamentos, nas situações orçamentais e na dívida, e poderá aumentar os custos de financiamento, com repercussões para estabilidade macroeconómica e financeira

(FMI, 2021a).

Benefícios para os Ministérios das Finanças decorrentes da integração das questões climáticas

Benefício 1: Evitar riscos crescentes que poderiam ter consequências críticas a nível macroeconómico

- Choques económicos em cadeia
- Choques orçamentais
- Aumento do custo de capital
- Aumento do risco de litígios relacionados com o clima
- Aumento dos custos decorrentes de uma transição desordenada e atrasada
- Sofrimento humano e descontentamento social
- Incumprimento dos objetivos da política climática

Benefício 2: Desbloquear importantes benefícios em termos de crescimento e desenvolvimento, ao mesmo tempo que se geram poupanças de custos

- Aproveitamento de novas oportunidades de crescimento
- Melhorar a sustentabilidade orçamental
- Maximização das oportunidades de emprego
- Impulsionar a inovação e a descoberta

Benefício 3: Obter um «tríplice dividendo de resiliência»: para a economia, a sociedade e o ambiente

- Investir na adaptação e na resiliência

Benefício 4: Fornecer energia limpa, segura e acessível, ao mesmo tempo que se modera a inflação

Funções e competências essenciais do Ministério das Finanças

EXPERTISE FRANCE
GROUPE AFD

MAINSTREAMING CLIMATE ACTION INTO MINISTRY OF FINANCE CORE FUNCTIONS AND CAPABILITIES

Unidade ou Conselho de Clima nas Finanças Públicas, dentro dos Ministérios das Finanças, começa hoje a ser comum ...

Source: Authors

The Helsinki Principles (HPs) are outlined on page 1 above.

As três funções principais do Ministério das Finanças

EXPERTISE FRANCE
GROUPE AFD

Estratégia e Visão Económicas

- Participação no desenvolvimento de estratégias climáticas nacionais (Estratégias de Longo Prazo, ..., Planos Nacionais de Adaptação)
- Tornar mais ecológicas as estratégias nacionais de desenvolvimento e setoriais
- Definir estratégias de inovação e industriais
- Desenvolver estratégias de investimento para a transição para as emissões líquidas nulas e resiliente às alterações climáticas, nomeadamente através da identificação e desenvolvimento de projetos e programas financiáveis

Financiamento da transição

- ... obrigações soberanas verdes e outras obrigações temáticas, bem como financiamento subnacional para a ação climática
- Tornar as instituições financeiras públicas e os bancos centrais mais ecológicos
- Catalisar o capital privado através da ecologização do sistema financeiro;
- Financiamento e seguros contra riscos de catástrofes
- Alavancagem do financiamento internacional para o clima
- Coordenação internacional sobre a *arquitetura* financeira global

Política fiscal — Gestão fiscal e da dívida

- Impostos e precificação do carbono, reforma dos subsídios, outras formas de tributação ambiental
- Incentivos fiscais e regulamentação para impulsionar os setores verdes
- Assegurar a sustentabilidade das finanças públicas através de uma reforma fiscal que identifique receitas alternativas a longo prazo à tributação dos combustíveis fósseis, alargando a base tributária e gerindo os riscos orçamentais decorrentes de passivos contingentes

Política orçamental – Gestão orçamental

- Integração da ação climática nos quadros de despesas plurianuais e nos orçamentos anuais (incluindo a identificação de rubricas orçamentais ecológicas e as avaliações do risco de catástrofes)
- Tornar a estratégia de investimento público mais ecológica
- Tornar os contratos públicos mais ecológicos
- Reforma das abordagens de contabilidade nacional

A marcação «verde» pode definir o que é «verde»

- no que diz respeito à despesa pública e ao investimento público
- para as obrigações verdes
- para tornar o sistema financeiro mais verde

O que o Ministério das Finanças deve fazer para abordar as questões climáticas

EXPERTISE FRANCE
GROUPE AFD

BUILDING CAPABILITIES AND CAPACITY TO ACT

1. Dedicated Ministry of Finance strategies and strengthened mandates for climate action.
2. Building dedicated capacity for climate action.
3. Active engagement in inter-agency and stakeholder coordination efforts.
4. Investing in skills and expertise.
5. Revamping economic tools, data and decision-making approaches.

CORE POLICIES

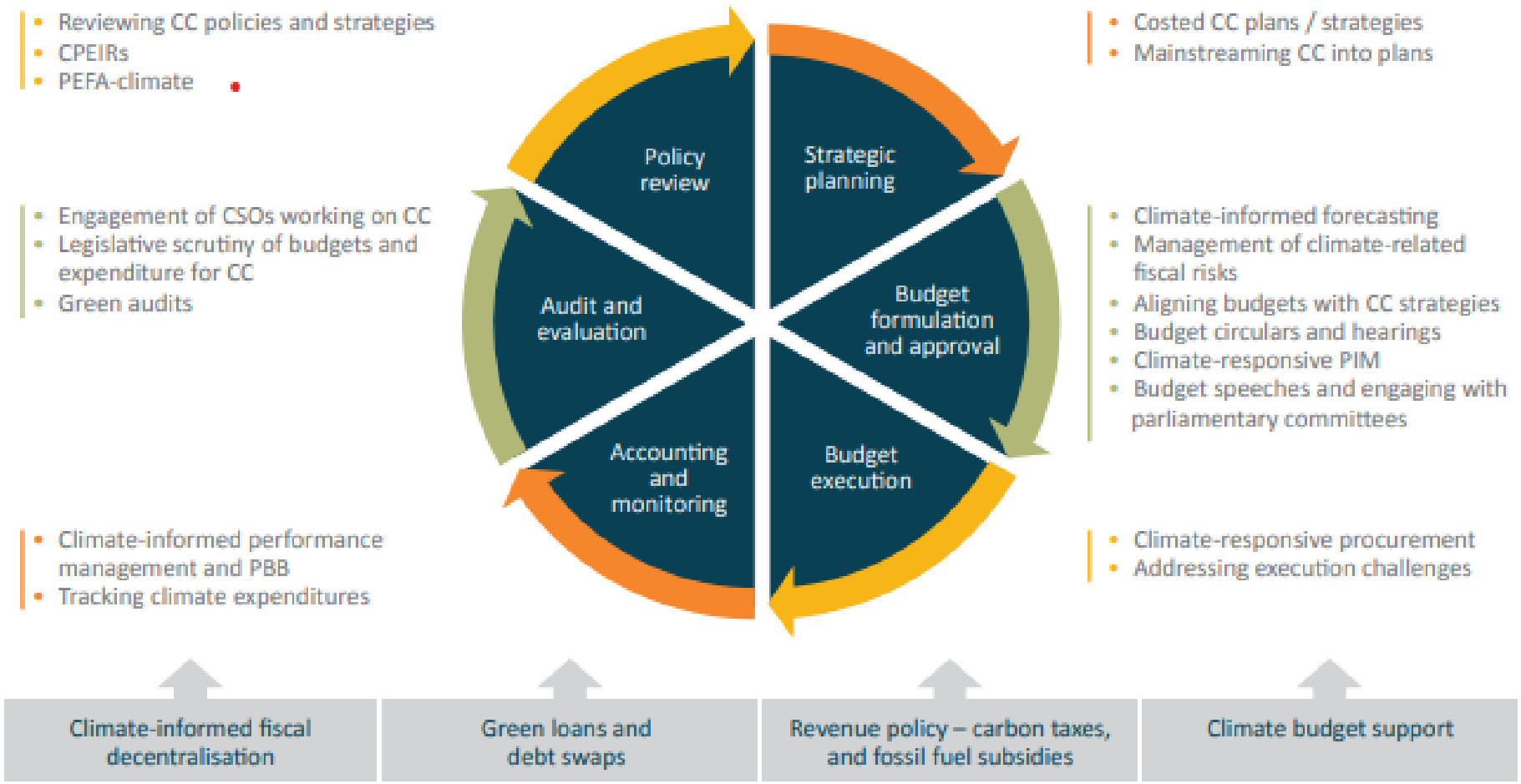
6. Introducing fiscal policies to transform macroeconomic incentives for climate action.
7. Using the budget and public financial management to drive transformation in all sectors of the economy.
8. Redesigning the tax system for net zero and climate resilience.
9. Raising, steering and blending finance for investment at unprecedented speed and scale.
10. Leveraging international climate finance.

WORKING WITH OTHERS

11. Mainstreaming climate action into national growth and development strategies.
12. Active engagement in national climate strategies.
13. Developing sustainable, inclusive and resilient investment strategies.
14. Driving the green transformation of state-owned enterprises, national development banks, and sovereign wealth funds in cooperation with central banks.
15. Developing just transition plans and policies.

Unidade ou Conselho de Clima nas Finanças Públicas, dentro dos Ministérios das Finanças, começa hoje a ser comum ...

Integração das alterações climáticas no quadro macro-orçamental e na gestão das finanças públicas: Pontos de entrada (ciclo de gestão das finanças públicas)



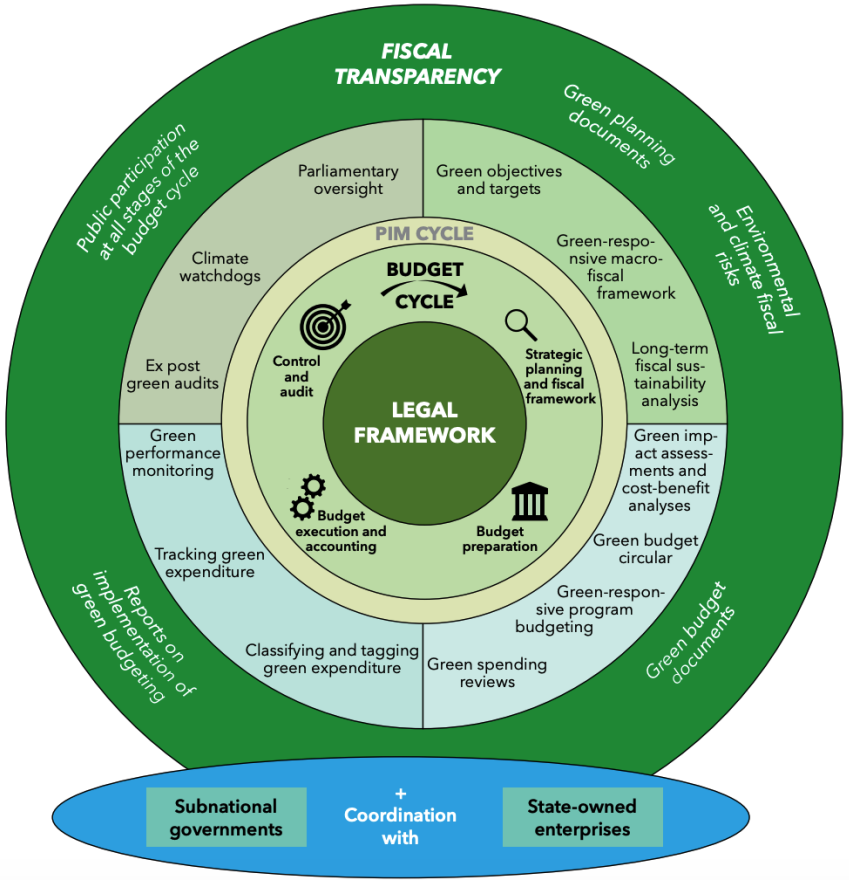
CC: alterações climáticas

PFM: Sistemas de gestão das finanças públicas

Integração das alterações climáticas no quadro macro-orçamental e na gestão das finanças públicas: Pontos de partida (ciclo de gestão das finanças públicas)

EXPERTISE FRANCE
GROUPE AFD

Figure 2.2. A Holistic View of Green PFM Practices



O clima nos quadros de gestão das finanças públicas (PFM) e macro-orçamentais: âmbito potencial

A integração total das alterações climáticas no sistema de gestão das finanças públicas (PFM) e nos quadros macro-fiscais poderá conduzir a quatro resultados:

- Resultado 1: O quadro macro-orçamental está a abordar gradualmente as alterações climáticas
- Resultado 2: É estabelecido um quadro orçamental sensível às alterações climáticas
- Resultado 3: É estabelecido um quadro de gestão do investimento público sensível às alterações climáticas
- Resultado 4: Está em vigor uma estratégia de contratação pública ecológica

O clima nas previsões e nas decisões orçamentais	**O Resultado 1 contribuirá para:** • Integração dos riscos climáticos • Elaboração de orçamentos informados • Reforço de capacidades • Envolvimento das partes interessadas	**O Resultado 2 contribuirá para:** • Incorporação das prioridades climáticas • Existência de diretrizes e normas • Melhor alocação de recursos • Monitorização e prestação de contas • Colaboração entre as partes interessadas
Gestão do investimento público (PIM) sensível às alterações climáticas	**O Resultado 3 contribuirá para:** • Alinhamento com os objetivos climáticos • Melhoria da gestão de riscos • Utilização mais eficiente dos fundos públicos • Infraestruturas resilientes às alterações climáticas • Processos de investimento transparentes e responsáveis	**O Resultado 4 contribuirá para:** • A Estratégia Nacional de Contratação Pública Ecológica é amplamente conhecida • Alinhamento com os objetivos nacionais • Orientações e objetivos claros • Envolvimento das partes interessadas • Quadro de monitorização e avaliação • Programa de reforço de capacidades

Gestão das Finanças Públicas (PFM) verde

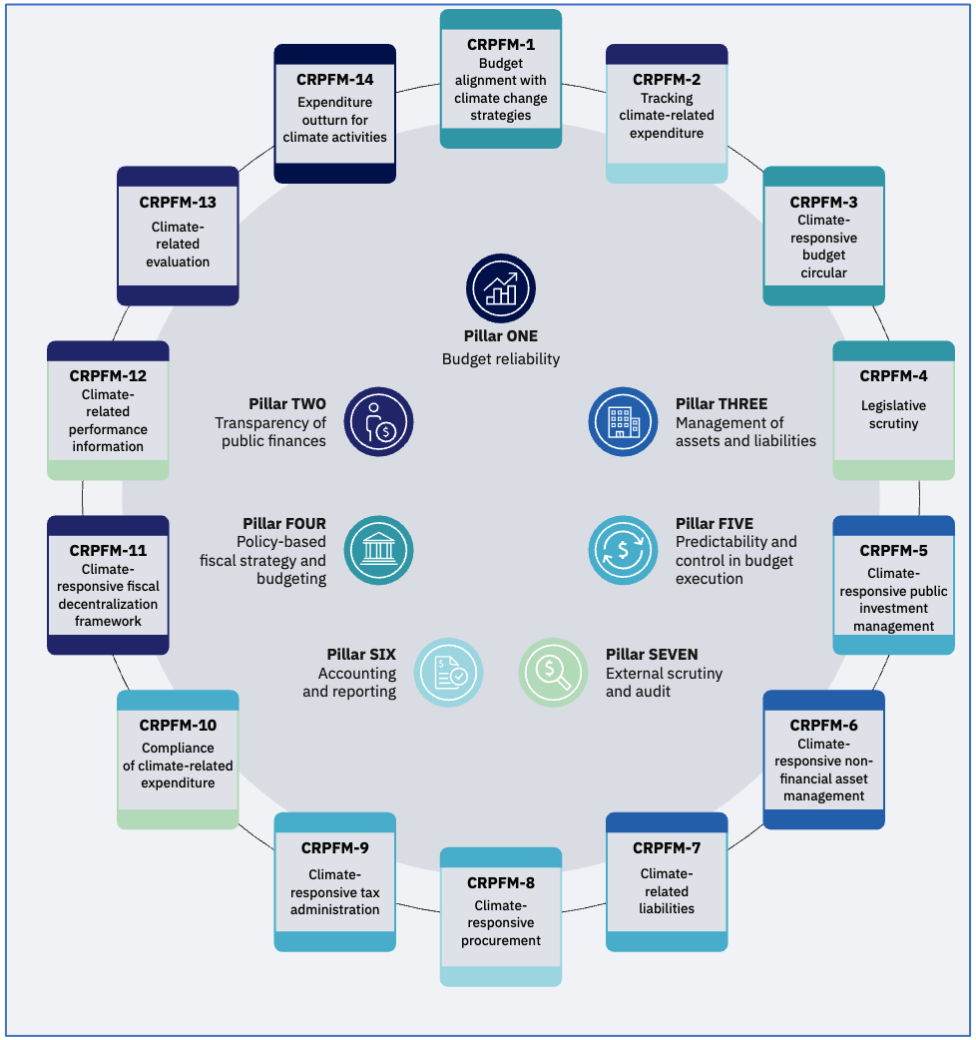
Exemplo ilustrativo
Fonte: Proposta de projeto para integrar a ação climática e o financiamento nos seus quadros macro-fiscais e sistemas de gestão das finanças públicas, Relatório de Recomendações, V1 – 23 de maio de 2025, Ref. Enabel: MOZ24001-10001, Sofia Santos e Conceição Leão.

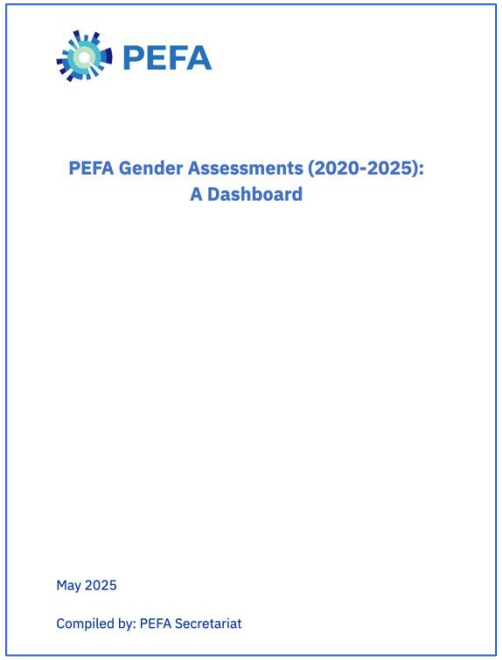
PEFA - Climate

Public Expenditure and Financial Accountability (PEFA)

O programa PEFA proporciona um quadro para avaliar e dar conta dos pontos fortes e fracos da gestão das finanças públicas (GFP), utilizando indicadores quantitativos para medir o desempenho

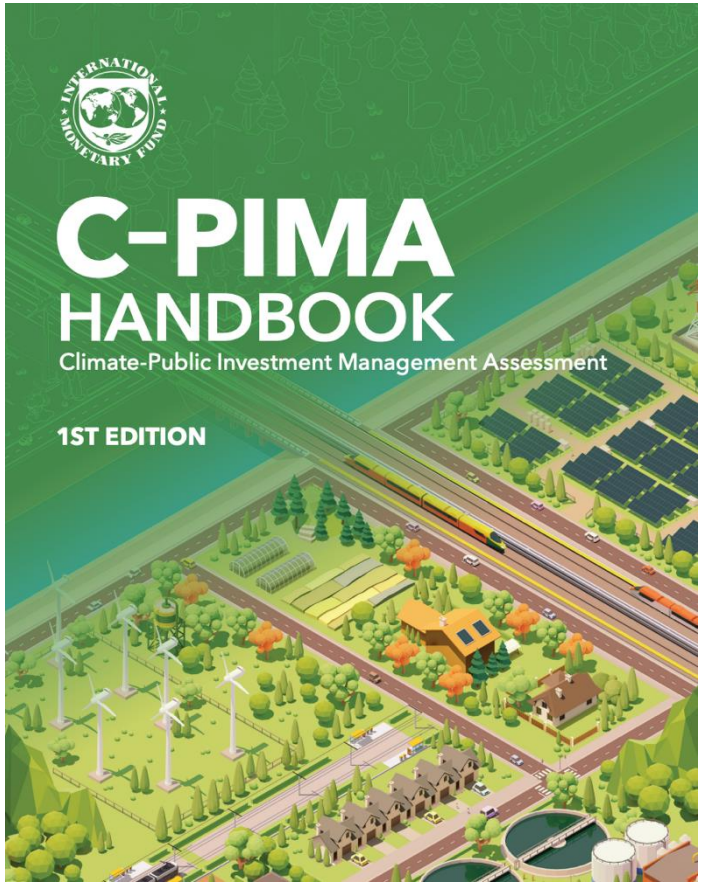
O Quadro PEFA para a avaliação da gestão das finanças públicas (PFM) sensível às alterações climáticas — PEFA CRPFM ou PEFA Climate — **é um conjunto de catorze indicadores suplementares que se baseia no Quadro PEFA para recolher informações sobre até que ponto o sistema de PFM de um país está preparado para apoiar e promover a implementação das políticas governamentais em matéria de alterações climáticas, ou seja, se está preparado para ser «sensível às alterações climáticas».**





https://www.pefa.org/climate

PIMA - Climate



https://www.imf.org/-/media/files/publications/books/2025/english/cpimaea.pdf

Climate–Public Investment Management Assessment (C-PIMA)

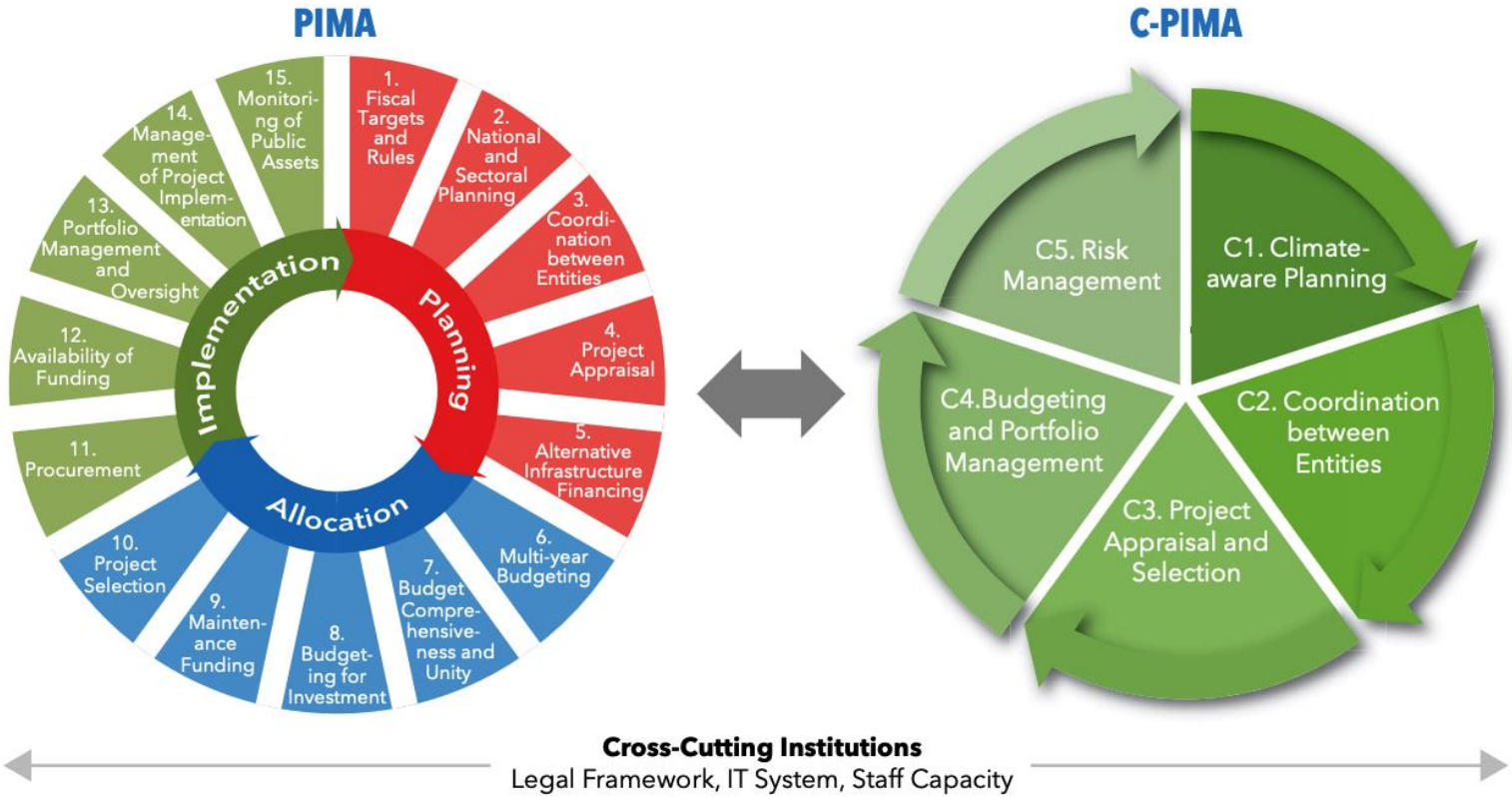
Identifica cinco áreas prioritárias para a integração das considerações climáticas no ciclo do PIM — em procedimentos, políticas ou metodologias; estas também poderiam ser consagradas no quadro jurídico:

- **Planeamento:** Alinhar os planos nacionais e setoriais e as carteiras de investimento associadas aos objetivos climáticos
- **Coordenação:** O investimento público pode envolver vários níveis de governo, empresas estatais e parcerias público-privadas (PPP)
- **Avaliação e seleção:** Esta é uma fase crucial no processo de tomada de decisão sobre grandes projetos de infraestruturas. Determina quais os projetos que serão concretizados.
- **Gestão orçamental e de carteira:** As dotações para investimento e manutenção ecológicos devem ser orçamentadas e reportadas através do orçamento anual e de outros instrumentos fiscais, tais como o quadro de despesas a médio prazo e as demonstrações financeiras do governo.
- **Gestão do risco orçamental:** as alterações climáticas acarretam riscos que poderão ter impactos nas infraestruturas públicas e no orçamento

Integração das alterações climáticas na avaliação da gestão dos investimentos públicos

Climate-Public Investment Management Assessment.

Figure 2.1. PIMA and C-PIMA Framework



Source: IMF staff.

A Importância da Marcação Verde

Orçamento verde é um processo através do qual os contributos ambientais e climáticos de cada rubrica orçamental são identificados e avaliados em relação a indicadores de desempenho específicos, com o objetivo de alinhar a política orçamental com os objetivos climáticos e ambientais.

Atualmente Portugal identifica

Contribuição — positiva, neutra ou negativa
para os objetivos ambientais

Uma rubrica orçamental «verde» - aquela que contribui direta ou indiretamente para a concretização dos objetivos ambientais, respeitando simultaneamente o princípio de não causar danos significativos a outros objetivos.

Uma rubrica «castanha» - em um impacto negativo comprovável, quer ao aumentar as pressões ambientais, quer ao consolidar padrões insustentáveis de produção ou consumo.

Desafios

«neutra» - o que reflete o facto de muitas rubricas de despesa pública não terem um impacto ambiental direto ou facilmente mensurável.

Tratamento das despesas de impacto misto
ou facilitadoras, que podem contribuir positivamente em alguns aspetos, mas ter efeitos neutros ou mesmo negativos noutros.

A Importância da Marcação Verde

Para dar resposta a esta complexidade, a metodologia deverá evoluir para incluir:

- critérios de classificação claramente definidos,
- orientações sobre como avaliar os impactos primários em comparação com os secundários,
- e, quando apropriado, mecanismos de atribuição proporcional ou qualitativa

Um desafio em constante evolução

Marcação Verde em PT desde 2020

- Portugal começou pelo Nível 1 – Essencial
- Portugal apresenta aspetos do Nível 2 – Desenvolvido
- A vertente da governação precisa de melhorar significativamente
- O Grupo de Trabalho sobre a marcação Verde vai além da simples «marcação verde»; trata-se de compreender as despesas, receitas, investimentos, custos operacionais e impostos que contribuem para a mitigação das alterações climáticas, a adaptação às alterações climáticas e os outros quatro objetivos ambientais (biodiversidade, gestão de resíduos, água e poluição)
- A governação poderia ter uma «camada técnica» e uma «camada estratégica», onde se pudessem discutir aspetos estratégicos para além da atribuição de etiquetas
- A metodologia está em evolução e necessita de melhorias contínuas. Isso implica a cooperação entre várias áreas

Table 1: Elements of the European Commission Green Budgeting Reference Framework

ELEMENTS	LEVEL 1- Essential	LEVEL 2 - Developed	LEVEL 3 - Advanced
Coverage *Environmental objectives*	Climate-related	Climate-related Some other objectives	All objectives
Budgetary items	Favourable expenditure Favourable revenue	Favourable items Unfavourable items	Favourable items Unfavourable items Tax expenditure
General government	State (incl. social security)	State (incl. social security) Subnational governments	State (incl. social security) Subnational governments Other (e.g. SOEs + extra-budgetary)
Methodology	Tagging methodology	Tagging methodology	Tagging methodology Impact assessment of policies methodology
Deliverables	Identification in annual budget Reporting on budget execution	Identification in annual budget Reporting on budget execution Estimates in multi-annual plans	Identification in annual budget Reporting on budget execution Estimates in multi-annual plans Extra-budgetary spending reports
Governance	Ad-hoc central task force	Permanent central structure (not necessarily separated)	Permanent central structure (not necessarily separated) Green budgeting correspondents in various ministries/agencies
Transparency & Accountability	All deliverables public Independent expert assessment of methodology	All deliverables public Independent expert assessment of methodology Independent assessment of deliverables Parliamentary discussion	All deliverables public Independent expert assessment of methodology Independent assessment of deliverables Parliamentary discussion Ex-post review

TSI - Instrumento de Apoio Técnico 25PT23

Implementação de práticas eficazes de orçamentação verde em Portugal

EXPERTISE FRANCE
GROUPE AFD

A ambição para 2026 (e 2027)

- Continuar a desenvolver práticas de classificação para avaliar e comunicar diversos tipos de despesas, incluindo custos operacionais, despesas fiscais e receitas
- Integração do orçamento verde em todo o ciclo orçamental, a fim de melhorar a transparência e o alinhamento das políticas
- Reforço das competências em matéria de avaliações ex post do impacto ambiental, a fim de avaliar a eficácia das despesas ecológicas
- O reforço da coordenação da governação entre o Ministério das Finanças, os ministérios setoriais e outras *instituições públicas, o que conduz a uma implementação inconsistente*

TSI – Instrumento de Apoio Técnico 25PT23
Implementação de práticas eficazes de orçamentação verde em Portugal

EXPERTISE FRANCE
GROUPE AFD

O papel dos peritos/consultores: Sofia Santos e Angela Lucas

1. Apoiar o Ministério das Finanças no processo de «Green Tagging» de 2027: facilitar a realização de workshops; contribuir para o aperfeiçoamento da metodologia; melhorar o modelo de governação do processo de «Green Tagging»
2. Apresentar uma versão redefinida da metodologia de GT e das recomendações
3. Apresentar um relatório técnico com:
    - Orientações sobre métodos relativos à AIA ex post (orientações para avaliar os impactos ambientais após a implementação de uma política, projeto ou medida orçamental)
    - Uma ligação clara entre a classificação «verde» (GBT) e a avaliação ambiental das medidas orçamentais, de modo a garantir que a classificação («marca verde») se baseia em dados concretos e não é meramente declarativa
4. Acompanhar os responsáveis portugueses a workshops e debates com os seus homólogos dos Estados-Membros da UE
5. Contribuir com contributos para publicações

TSI – Instrumento de Apoio Técnico 25PT23
Implementação de práticas eficazes de orçamentação ecológica em Portugal

EXPERTISE FRANCE
GROUPE AFD

O papel das especialistas/consultoras: Sofia Santos e Angela Lucas

1. **Relatório Inicial – Relatório Técnico da fase inicial: dezembro de 2025 a abril de 2026**

2. **Relatório Técnico sobre a Metodologia de Identificação: maio de 2026 – janeiro de 2027**

   Implementação piloto da atribuição de etiquetas e melhoria do quadro de governação

3. **Relatório com orientações sobre os métodos para realizar a AIA ex post das medidas orçamentais: fevereiro de 2027 – junho de 2027**

   O Ministério das Finanças solicitou que esta atividade fosse antecipada

4. **Relatório final: julho de 2027 – dezembro de 2027**

Funded by the European Union

A gestão do Clima pelo Ministério das Finanças

– a importância para a Economia Portuguesa Portugal

17 junho de 2026, Lisboa
Webinar,

Sofia Santos,
Consultora para o projeto: “Implementing Effective Green Budgeting Practices in Portugal”